

A GREVE É FORTE E NOS FORTALECE: SEGUIR AVANÇANDO NA MOBILIZAÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

A greve docente do ANDES-SN se iniciou em 15 de abril, ultrapassou um mês mostrando estar forte e em expansão. Após o dia 15 de maio, data da última mesa de negociação específica, tivemos a adesão de novas Instituições Federais de Ensino (IFEs), totalizando 57 Universidades, Institutos Federais e CEFETs em greve que corresponde a 68% das Universidades e 73% dos Institutos Federais e CEFETs. Nosso movimento constitui parte da Greve da Educação Federal, composta também pela Fasubra, em greve desde 11 de março, e Sinasefe, que aderiu ao movimento em 3 de abril. Já temos importantes ganhos organizativos, a categoria tem se mostrado ativa, agregando docentes de várias gerações que se encontram na greve. A população tem reconhecido a justeza do movimento, que se ergueu contra o arrocho salarial e a discrepância entre aposentado(a)s e ativo(a)s, por recomposição do orçamento das IFEs, reestruturação das carreiras, e revogação de normas e legislações que atacam os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A greve é um instrumento histórico da classe trabalhadora que garante avanços de direitos e, com isso, move a conjuntura. Não está sendo diferente com a greve da educação federal de 2024, quando o governo avançou, mesmo que de forma tímida, no sentido de garantir reajuste de auxílios a partir deste mês, ainda que aquém do pleiteado; anunciou a devolução de R\$ 347 milhões para o orçamento das IFEs, embora isso mal reponha o que foi cortado na proposta orçamentária de 2023 para 2024; e se moveu com a proposta de 15 de maio, que, porém, representa uma inflexão a nossa proposta de recomposição salarial e valorização da carreira. O Governo, ao combinar reestruturação de carreira com recomposição salarial, apresenta índices de recomposição artificiais. Essa proposta está muito aquém do atendimento às nossas reivindicações, onde alguns pontos nem sequer foram considerados e outros considerados de forma insuficiente, mas reconhecemos que os avanços se tratam de vitórias do movimento paredista. Recomendamos fortemente a ampla difusão do documento *Avaliação da proposta do governo federal apresentada na mesa específica e temporária do dia 15/05/2024* (Anexo I do Comunicado n. 35 do CNG). Os primeiros comunicados de assembleias e comandos locais de greve que apreciaram a proposta do governo indicam a rejeição do ultimato, reafirmando que é inaceitável o zero reajuste em 2024 e a falta de resposta para os demais pontos da pauta.

É importante resgatarmos, nesse momento, o percurso de tentativas de negociação por parte do movimento, inclusive com a redução da reivindicação salarial, exigindo o reconhecimento das perdas históricas para futuros acordos. Reforçamos a necessidade de distribuímos amplamente o Boletim n. 01 do CNG. Na página 4, há o histórico das negociações. A primeira proposta de reajuste salarial protocolada após a instauração da Mesa Nacional de Negociação Permanente, referente às perdas inflacionárias desde 2010, descontando os reajustes, foi de 53%. Hoje nossa reivindicação adota um período de tempo menor, a partir de 2016, chegando a 22,71% em três parcelas, a primeira de 7,06%, para 2024, 9% em 2025 e 5,16% em 2026. Se há algo que não pode ser dito do movimento é que não nos dispusemos a negociar. O governo, em contrapartida, tem acumulado respostas morosas e insuficientes, além de insistir de forma intransigente no índice de 0% para 2024.

Na avaliação do CNG, a pauta da recomposição orçamentária das instituições é incontornável. O estrangulamento orçamentário é insuportável, impactando negativamente nas condições de trabalho, estudo e permanência. Isso se traduz também no crescente adoecimento de trabalhadores, trabalhadoras e estudantes. É preciso avaliar as táticas capazes de dar maior visibilidade à reivindicação de equiparação do orçamento atual aos valores do orçamento de 2016 corrigidos pela inflação. Nossas reivindicações se chocam com o arcabouço fiscal, pilar da política econômica do governo, com as políticas conservadoras de um congresso majoritariamente submisso à lógica do capital financeiro e oportunista onde as políticas sociais ficam refém da liberação de emendas, e também com a política monetária do banco central, autônomo a partir de uma lei aprovada no governo Bolsonaro e cujos altos juros importam num aprofundamento da dívida pública. É de grande importância massificar a explicação de que há recursos, porém sua apropriação tem sido feita de forma desigual e injusta. Coloca-se a necessidade de pressionar também o Ministério da Fazenda e questionar a ampla destinação de recursos para o sistema da dívida pública, as imensas isenções fiscais, o financiamento do sistema privado de ensino, além da apropriação de crescentes fatias por parte do parlamento, em especial do chamado Centrão. Cabe também ressaltar o nosso repúdio a ideia de mudança nos pisos constitucionais de Saúde e Educação.

Também no tratamento do Revogaço, o governo respondeu de maneira muito limitada. Apesar de ter prometido alterar aspectos da IN 66/2022 e da Portaria 983/2020, o fato é que o governo ainda não formalizou qualquer proposta de revogação das citadas medidas. Além disso, o governo não deu qualquer resposta sobre a exoneração de 11 interventoras e interventores nomeado(a)s por Bolsonaro, sustentando o entulho autoritário herdado do governo anterior. O governo também não deu qualquer resposta sobre a revogação da IN

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

49/2023, editada pelo atual MGI e que reeditou a IN 54/2022 de Bolsonaro que representa um sério ataque ao direito de greve de servidoras e servidores. Por isso, entendemos que é preciso intensificar a divulgação da pauta do Revogação e exigir respostas do governo.

A ação do governo tem procurado dividir o movimento, por meio do termo de compromisso e das mesas específicas. As categorias em greve reagem, sinalizando para o necessário fortalecimento da luta conjunta, a exemplo da campanha: “Sem TAE não tem acordo”. É preciso ampliar as articulações e espaços de unidade em âmbito local e nacional entre os Comando de Greve.

A unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras em luta hoje se materializa, também, na batalha pelo orçamento público que mantém e fortalece a universidade e a produção dos mecanismos científicos de prevenção e resolução de tragédias socioambientais, como a catástrofe que acomete o RS, povo ao qual manifestamos nossa solidariedade e reafirmamos nosso compromisso na batalha pela reconstrução do estado, sem penalizar seus trabalhadores e trabalhadoras.

Reafirmamos a defesa do ANDES-SN nessa greve. Nosso sindicato se fortalece e se agiganta, em contraste com a pequenez numérica e política da entidade cartorial, Proifes, braço do governo no movimento sindical, que está a postos para assinar qualquer acordo, sem nem mesmo ouvir suas bases.

Nos dias 21 e 22 de maio teremos uma agenda de manifestações unitárias em Brasília, com a Marcha da Educação Federal e a Marcha da Classe Trabalhadora, junto com as centrais sindicais. onde será possível intensificarmos nossa luta aqui em Brasília. No entanto, reforçamos que a mobilização unitária do setor da educação em todo país é fundamental para conquistarmos nossas reivindicações.

Por fim, reafirmamos a importância da rodada de assembleias, entre os dias 20 a 24 de maio, que vão avaliar a proposta do governo e a possibilidade de apresentação pela base de uma contraproposta do ANDES-SN.

Fortalecer a luta, organizar assembleias e mobilizar a base!

Zero de recomposição salarial em 2024, não!

Lutar pela real recomposição orçamentária das Universidades, IFs e CEFETs!

Revogação já!

EDUCAÇÃO FEDERAL EM GREVE

Comando Nacional de Greve do ANDES-SN